

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A PERSPECTIVA DE RESISTÊNCIA PELO RECONHECIMENTO DA  
RESERVA INDÍGENA BANANAL - DISTRITO FEDERAL**

**MARCELO GONÇALVES OLIVEIRA E SILVA**

**BRASÍLIA  
DEZ/2006**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Autor: Marcelo Gonçalves Oliveira e Silva

**A PERSPECTIVA DE RESISTÊNCIA PELO RECONHECIMENTO DA**  
**RESERVA INDÍGENA BANANAL - DISTRITO FEDERAL**

Monografia de Prática de Pesquisa de Campo 2, submetida ao Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado em Geografia.

**Orientador:**

Professor Stephen Grant Baines

Universidade de Brasília – Departamento de Antropologia

**Banca Examinadora:**

Professora Marília Luíza Peluso

Universidade de Brasília/ Departamento de Geografia

Professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Universidade de Brasília/ Departamento de Geografia

BRASÍLIA  
DEZ/2006

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao movimento de resistência da Reserva Indígena Bananal; que sua existência possa se perpetuar e se fortalecer na história de Brasília.

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente a Deus por tudo que por Ele me é permitido fazer;*

*Aos informantes amigos indígenas Santxiê, Márcia, Fetchawe-we, Juninho, Towê, D<sup>a</sup> Ivanice, a todos os moradores, visitantes da reserva e àqueles que colaboraram com a pesquisa;*

*Ao amigo Vilson Francisco Terena, aluno do curso de antropologia da Universidade de Brasília, que forneceu informações de grande relevância para o esclarecimento de questões pertinentes;*

*Ao orientador deste trabalho, Professor Stephen Grant Baines, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, que nos acompanhou no decorrer destes dois últimos anos, e que com muita paciência soube compreender nossas limitações em prol de posteriores superações;*

*À professora Marília Luíza Peluso, do Departamento de Geografia, pelos valiosos ensinamentos e correções que me auxiliaram na realização do curso de Geografia na Universidade de Brasília;*

*Ao professor Rafael Sanzio A. dos Santos e a equipe do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA/GEA/UnB, pelo conhecimento adquirido e compartilhado, e pelo apoio prestado para a confecção do mosaico da imagem de satélite da reserva;*

*Em especial à Raquel Lara Campos Guimarães, pelo valioso apoio, companheirismo e pelas consultas jurídicas sobre a questão da reserva;*

*À minha filha Ana Rita Gonçalves dos Santos, pela grande luz e força que tem me motivado a continuar;*

*Ao amigo Rodrigo da Costa Bessa, pelas longas conversas reflexivas e pela ajuda na verificação ortográfica do texto;*

*Aos familiares queridos que me trouxeram a este mundo;*

*Aos amigos(as) e irmãos(ãos) do trabalho espiritual que me ajudam na correção;*

*E, por último, a não menos merecedora Gaia, espírito do planeta Terra e a seus seres vivos, encantados e inanimados.*

*Sinceramente,*

*Marcelo Gonçalves Oliveira e Silva.*

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e.

A Perspectiva de Resistência pelo Reconhecimento da Reserva Indígena Bananal - Distrito Federal, 2006. 297 mm, 59f. (GEA-IH-UnB, Bacharel-Licenciado, Geografia, 2006).

Monografia de Prática e Pesquisa de Campo II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Reserva Indígena Bananal - DF. 2. Território. 3. Identidade. 4. Setor Noroeste. I. GEA-IH-UnB. II. Título (série)

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e. **A Perspectiva de Resistência pelo Reconhecimento da Reserva Indígena Bananal - Distrito Federal**, 2006. 58f. Monografia (Conclusão do curso de graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

## CESSÃO DE DIREITOS

Nome do Autor: SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e.

Título da Monografia: A Perspectiva de Resistência pelo Reconhecimento da Reserva Indígena Bananal - Distrito Federal

3º Grau: Bacharelado-Licenciado / 15-12-2006

É concedida a Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia para propósitos acadêmicos ou científicos sendo vetada sua venda ou comercialização.

e-mail: marcelogosilva@gmail.com



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. METODOLOGIA</b> .....	<b>14</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>17</b>
<b>3. A RESERVA INDÍGENA BANANAL</b> .....	<b>20</b>
3.1. PARTE DA HISTÓRIA DE VIDA DO SR. SANTXIÊ .....	25
3.2. SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA RESERVA INDÍGENA BANANAL .....	26
3.3. DIMENSÃO DA RESERVA INDÍGENA BANANAL .....	28
<b>4. O SETOR NOROESTE</b> .....	<b>30</b>
4.1. A QUESTÃO JURÍDICA DA RESERVA INDÍGENA BANANAL .....	33
<b>5. A RESERVA INDÍGENA BANANAL E A SOCIEDADE ENVOLVENTE</b> .....	<b>36</b>
5.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RESERVA INDÍGENA BANANAL .....	39
5.2. PRÁTICA DE ARTESANATO .....	40
5.3. CULTIVO DE PLANTAS E ANIMAIS .....	41
5.4. ATIVIDADES CULTURAIS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL .....	42
<b>6. A PERSPECTIVA DO DISCURSO DA HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES DA RESERVA INDÍGENA BANANAL</b> .....	<b>45</b>
<b>ANÁLISES E CONCLUSÕES</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>56</b>
ANEXO A – MAPA DA ÁREA INDÍGENA FULNI-Ô ÁGUAS BELAS-PE ....	56
ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS DO CACIQUE FULNI-Ô JUNTO A FUNAI PARA REGULARIZAÇÃO DO LOTE Nº 395 .....	57
ANEXO C – CÓPIA DO DOCUMENTO APRESENTADO PELA ATUAL ARRENDATÁRIA .....	58
ANEXO D – MAPA PANORÂMICO DA RESERVA INDÍGENA BANANAL – DF .....	59

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Placa de aviso da reserva .....	20
Figura 02. Santuário Sagrado dos Pajés.....	22
Figura 03. Foto lateral do santuário.....	22
Figura 04. Peças de cerâmicas encontradas durante uma escavação para construir a fundação de uma casa dentro dos limites da reserva. ....	26
Figura 05. Peça em aparência de Boneca .....	28
Figura 06. Peça em aparência de onça.....	28
Figura 07. Caminhos no interior da reserva. ....	39
Figura 08. Produção de artesanatos indígenas.....	40
Figura 09. Cultivo de feijão.....	41
Figura 10. Produção de ervas para uso terapêutico.....	42
Figura 11. Interior do Santuário Sagrado dos Pajés.....	43
Figura 12. Lança .....	47
Figura 13. Arco e Flecha .....	47



## LISTA DE IMAGENS E MAPAS

MAPA 01. Reserva Indígena Bananal - DF .....	23
Imagens de Satélite da Reserva Indígena Bananal - DF .....	32
MAPA 02. Panorama da Localização da Reserva Indígena Bananal - DF.....	59

## RESUMO

Segundo os relatos de seus moradores, a Reserva Indígena Bananal surgiu em meados de 1970. Atualmente, moram na reserva seis grupos de famílias indígenas.

A Reserva Indígena Bananal se encontra ameaçada com a eminência da construção de um novo bairro habitacional, destinado à classe média e alta de Brasília, o Setor Noroeste.

Neste trabalho, buscamos contemplar a perspectiva indígena, por meio de relatos e da história de vida de alguns dos habitantes e pessoas ligadas a Reserva Indígena Bananal, sobre a relação social que mantêm com a sociedade urbana de Brasília na defesa e na luta pelo reconhecimento da reserva. O grupo defende a sua presença no local como uma forma de preservação da cultura e da identidade indígena.

1. Reserva Indígena Bananal - DF

2. Território

3. Identidade

4. Setor Noroeste

## INTRODUÇÃO

Este projeto é consequência do trabalho de pesquisa iniciado no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília 2005/2006, orientado pelo professor Stephen Grant Baines, do Departamento de Antropologia-UnB. O intuito de dar continuidade a pesquisa, a qual o aprofundamento teórico, o acompanhamento do movimento de resistência e o registro da história de vida de moradores da reserva proporcionaram mais subsídios, necessários para nos aproximarmos de resultados mais precisos sobre o processo apresentado e proposto.

É cada vez maior a presença de grupos indígenas no meio urbano, provenientes, em sua maioria, de terras indígenas que passaram por processos de contato intenso com a sociedade nacional, onde esta, por meio de projetos econômicos, avança sobre os territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, entre outros.

As necessidades pelas quais grupos indígenas se dirigem às cidades são inúmeras, entre elas: a falta de condições para sua sobrevivência nas aldeias, em decorrência do contato com a sociedade envolvente; a busca por reivindicações sociais asseguradas pela Constituição; entre outros motivos.

O presente trabalho tem como objetivos:

- Entender a formação e a resistência de grupos indígenas na área denominada Reserva Indígena Bananal, localizada entre a Asa Norte-Plano Piloto-DF e o Parque Nacional de Brasília;

- Estudar a resistência territorial dos moradores pelo reconhecimento e preservação da reserva diante dos interesses dos órgãos governamentais e não governamentais interessados na construção de um novo setor residencial na região denominada de Setor Noroeste.

A Hipótese deste trabalho se estabeleceu em torno do seguinte pressuposto:

O território da área indígena Santuário Sagrado dos Pajés contribui para gerir não só a sobrevivência do grupo, mas a sua manutenção cultural e social no espaço, já que este é o local de manifestação da identidade étnica.

Dessa maneira, Paul Claval ao examinar as observações de Hongkey Yoon, explica a diferença de percepções e relações com o território, vista sob a ótica da população originária da Nova Zelândia e a ótica da sociedade colonizadora. Situação análoga às diferentes percepções do território disputado entre a sociedade envolvente e o grupo indígena no Distrito Federal.

[...] os conflitos entre a população de origem européia e os Maoris da Nova Zelândia resultam mais frequentemente da relação diferente que os dois grupos mantêm com a terra: os primeiros (europeus) só vêem aí um bem que se modifica, como qualquer outro, enquanto que os segundos (Maoris) só existem pelo e para o lugar sagrado (o *marae*), onde se reúnem e dançam (YOON, 1986 apud CLAVAL, 1999, p. 11, parênteses do autor).

O presente trabalho foi dividido em seis capítulos, os quais foram estruturados da seguinte maneira:

O Capítulo Um aborda os aspectos referentes aos conceitos teóricos sobre a geografia no que se refere a territórios étnicos e o Capítulo Dois apresenta a metodologia desenvolvida e utilizada para a realização desta pesquisa.

No Capítulo Três abordamos a questão da formação da Reserva Indígena Bananal, o qual utilizamos a história de vida do Sr. Santxiê como meio para buscar novos dados e os comparar com os depoimentos e dados obtidos em campo. Abordamos também, de forma apenas descritiva, a existência de um sítio arqueológico na reserva, já que este ainda é desconhecido pela maioria dos moradores da reserva.

O Capítulo Quatro trata dos assuntos referentes à construção do Setor Noroeste, e da situação judicial do processo movido pelas lideranças indígenas da reserva.

O Capítulo Cinco retrata, mais especificamente, as relações interétnicas entre os indígenas envolvidos na luta pelo reconhecimento da reserva e os membros da sociedade envolvente.

A perspectiva do discurso dos moradores da reserva é abordada e analisada no Capítulo Seis.

Não pretendemos esgotar aqui todos os assuntos pertinentes a reserva, já que estes seriam demasiadamente extensos e o tempo disposto aqui não permite tal realização, mas abordar a produção do espaço a partir das perspectivas indígenas.

Apesar do espaço aqui referido estar sob intensa pressão do meio urbano, procuramos nos nortear na relação do indígena com o território (passado e presente) para compreender o espaço em questão. Dessa maneira, tentaremos mostrar como a terra é um importante meio de sustentação para a cultura indígena em uma sociedade globalizada.

## 1. METODOLOGIA

A pesquisa se fundamentou a partir da história oral relatada pelos moradores e pessoas ligadas à reserva, os quais foram revelando durante nossa convivência com o grupo, de forma não direcionada, porém orientada pelos objetivos da pesquisa, as informações para a composição deste trabalho; e da análise de documentos apresentados por eles. Pierson (1970, p. 296-297) defende o uso de algumas técnicas: “observação simples”, “observação participante” e a “entrevista espontânea”. Segundo ele, é importante evitar perguntas denunciadoras. É importante que se procure saber o que pensa e sente cada entrevistado, e quando achar que está diante de uma pessoa pronta a oferecer um grande depoimento, induza-a a contar a “história de sua vida”.

Para Malinowski, um bom relatório de campo — anotações realizadas após a pesquisa de campo que servirá para posteriores consultas durante a realização da pesquisa — deve ter, além do esqueleto e da carne, a “alma” e não somente as descrições minuciosas. Este tem que ter uma “essência” com relatos de seus valores, ambições, impulsos, reações; tem que ser uma descrição holística.

Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem (MALINOSWSKI, 1978, p. 34).

No entanto, assim como descreve Evans-Pritchard (1978, p. 299), na pesquisa de campo, saber o que se procura é fundamental; “não se pode ter as respostas se não se sabe quais são as perguntas”. O autor ainda relata que tudo o que se traz da pesquisa de campo depende do que se leva para ela.

Contudo, optamos em não aplicar questionários fechados aos moradores da reserva, a fim de não induzí-los em suas respostas durante as entrevistas. Objetivamos com isso, evitar que sobrepuje a ótica exclusiva do pesquisador.

Observamos como a estratégia de sobrevivência dos moradores da reserva trabalha para fortalecer o grupo, mantendo-os coesos no movimento social de resistência frente às forças dominantes que tentam os persuadir para saírem da área.

As entrevistas aos moradores da reserva se realizaram ao longo dos anos de 2005 e 2006. Elas aconteceram durante as visitas que realizei na reserva, no entanto, também ocorreram encontros fora da reserva, realizados na área urbana de Brasília, o que nos auxiliou bastante para alargamento da compreensão da relação do grupo com a sociedade envolvente.

As análises do grau de integração econômica, realizadas por meio de observações de objetos e mercadorias da sociedade ocidental adquiridas pelos grupos indígenas, consideram estes produtos “como uma espécie de contaminação do seu sistema material e como fonte de degeneração de suas relações sociais” (HOWARD, 2002, p. 26), ou que “trata a presença ou ausência de bens (dinheiro, roupas, etc.) ou práticas ocidentais como indicadores óbvios do grau de ‘integridade’ ou de ‘autenticidade’ dos grupos indígenas” (HOWARD, 2002, p. 27). Tais considerações recaem em visões distorcidas e evolucionistas a qual privilegiam a perspectiva da sociedade envolvente (HOWARD, 2002, p. 26-27). Concepções

como estas, pouco podem contribuir para o esclarecimento do processo de ocupação da Reserva Indígena Bananal.

Do contrário, ao analisarmos a questão de acordo com a perspectiva dos próprios atores, neste caso os indígenas habitantes e vinculados a Reserva Indígena Bananal, poderemos entender o problema “segundo seus próprios paradigmas históricos” (HOWARD, 2002, p. 27) a qual a percepção inata do grupo de “superioridade cultural, mesmo em situações de desvantagem econômica” (HOWARD, 2002, p. 27), prevalece na busca de soluções para os problemas advindos do contato interétnico.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a produção e a dinâmica do espaço indígena dentro da ótica da geografia, recairemos no campo da geografia, a qual requer a necessidade de se compreender o espaço indígena por meio de um estudo étnico territorial. Nesta corrente, Corrêa nos afirma que:

O ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo (CORRÊA, 1999, p. 51).

Nesse contexto, a identidade se apresentará como um foco importante de análise. A identidade se tornará a ponte para o conhecimento das mais variadas vertentes envolvidas no processo de reconhecimento de si em relação ao espaço e em relação ao outro. Le Bossê, em suas consideráveis observações a respeito da identidade, nos aponta:

A identidade é uma construção social e histórica do 'próprio' [do *soi*, do *self*] e do 'outro', entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência 'essencial', estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço (LE BOSSÊ, 2004, p. 163, colchete do autor).

É na relação com o outro que manifestamos a nossa identidade. Outro ponto importante a ser considerado a respeito da identidade, infere-se sobre a

expressão da herança cultural, ou seja, os caracteres presentes na memória histórica de cada indivíduo ou da coletividade.

Os pontos essenciais da cultura que se expressam nas relações sociais, e por sua vez, no espaço, definindo-o como um conjunto de símbolos e signos, definem e dão forma ao espaço, neste momento caracterizado como lugar. De acordo com o conceito trabalhado por Yi-Fu Tuan (1983), o lugar é um espaço carregado de sentidos e valores associados por um grupo de pessoas. Por exemplo: uma praça onde um grupo de crianças brinca; o local destinado à realização de rituais e cerimônias; a praça central de uma pequena cidade do interior brasileiro. Nesta corrente, Le Bosse (2004, p. 166) define o lugar “[...] como o suporte essencial da identidade cultural, não mais em um sentido estritamente naturalista, mas porque fica evidenciado o vínculo fenomenológico e ontológico fundamental que ancora a pessoa humana [...]” ao espaço.

As relações sociais passam, inexoravelmente, pelo reconhecimento da identidade em relação ao outro. O espaço é o palco destas relações sociais, ele é construído e é moldado de acordo com os processos que se desenvolvem sobre ele. Neste contexto, Milton Santos nos aponta: “O espaço evolui pelo movimento da sociedade total” (SANTOS, 2002, p. 246).

As considerações que aqui fizemos sobre o caminho metodológico que percorremos para o desenvolvimento desta pesquisa, objetivam, além de considerar a cultura como agente modelador do espaço, não perder de vista a idéia de que, segundo Milton Santos, “o espaço é definido talvez muito mais em função das diferenças de possibilidades econômicas concretas, abertas segundo formas diferentes e em diferentes escalas aos diferentes indivíduos” (SANTOS, 2002, p. 92).

Compreendemos que o território e a identidade estão intimamente imbricados em uma mesma questão, esta compreendida como território étnico. Seja o território ocupado ou não pelo(os) ator(es), o sentimento a ele é sempre sentido de forma a personificá-lo na figura materna ou paterna, ou seja, o território é o lugar de nascimento e desenvolvimento onde tudo parece começar, onde a pessoa se enraíza e se identifica em relação às pessoas indiferentes ao seu meio.

### 3. A RESERVA INDÍGENA BANANAL



Figura 01. Placa de aviso da reserva

A história de ocupação da Reserva Indígena Bananal, segundo os relatos de seus moradores, iniciou-se por volta de 1970, quando o primeiro morador se instalou na área. No local onde atualmente se encontra a Casa do Ceará, localizada na 910 Norte, funcionava a Casa do Índio, a qual alojava os índios que para Brasília se dirigiam a fim de buscarem soluções para alguns de seus problemas junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Um de seus alojados, de etnia Fulniô, após comprar a posse de uma chácara de aproximadamente 4 hectares localizada entre a Asa Norte e o Parque Nacional de Brasília, decide habitá-la, iniciando assim, a formação da Reserva Indígena Bananal.

Com o passar dos anos, novos grupos indígenas de etnia Fulni-ô, Cariri-Xocô (1975), Tuxá, Guajajara, entre outros, começaram a ocupar a área adjacente à chácara acima citada. Neste sentido, a relação de parentesco e os elos de ligações inter-tribais exerceram importante papel para o acolhimento das famílias indígenas recém chegadas.

Roberto Cardoso de Oliveira observou um fenômeno parecido entre os índios Terena, que migravam da aldeia para o meio urbano no estado de Mato Grosso Sul: “os liames de parentesco com os indivíduos pioneiros foram decisivos à migração familiar” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 137), bem como “a existência de elos tribais veio facilitar a acomodação dos migrantes, abrindo caminho para sua integração na ordem urbana” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 215).

Atualmente, moram na reserva seis grupos de famílias indígenas, somando um total de aproximadamente 25 pessoas, excluindo a população indígena flutuante que se hospeda na reserva por tempo determinado.

Foi erguida na reserva em 2002, na área da chácara do Sr. Santxiê, uma oca construída com super-adobe — material composto com a mistura de barro, esterco de gado e cimento — para serem realizadas rezas, rituais e cerimônias. Este lugar, dentro da reserva, passou a ser conhecido como Santuário Sagrado dos Pajés (veja mapa da reserva na página 22).



Figura 02. Santuário Sagrado dos Pajés

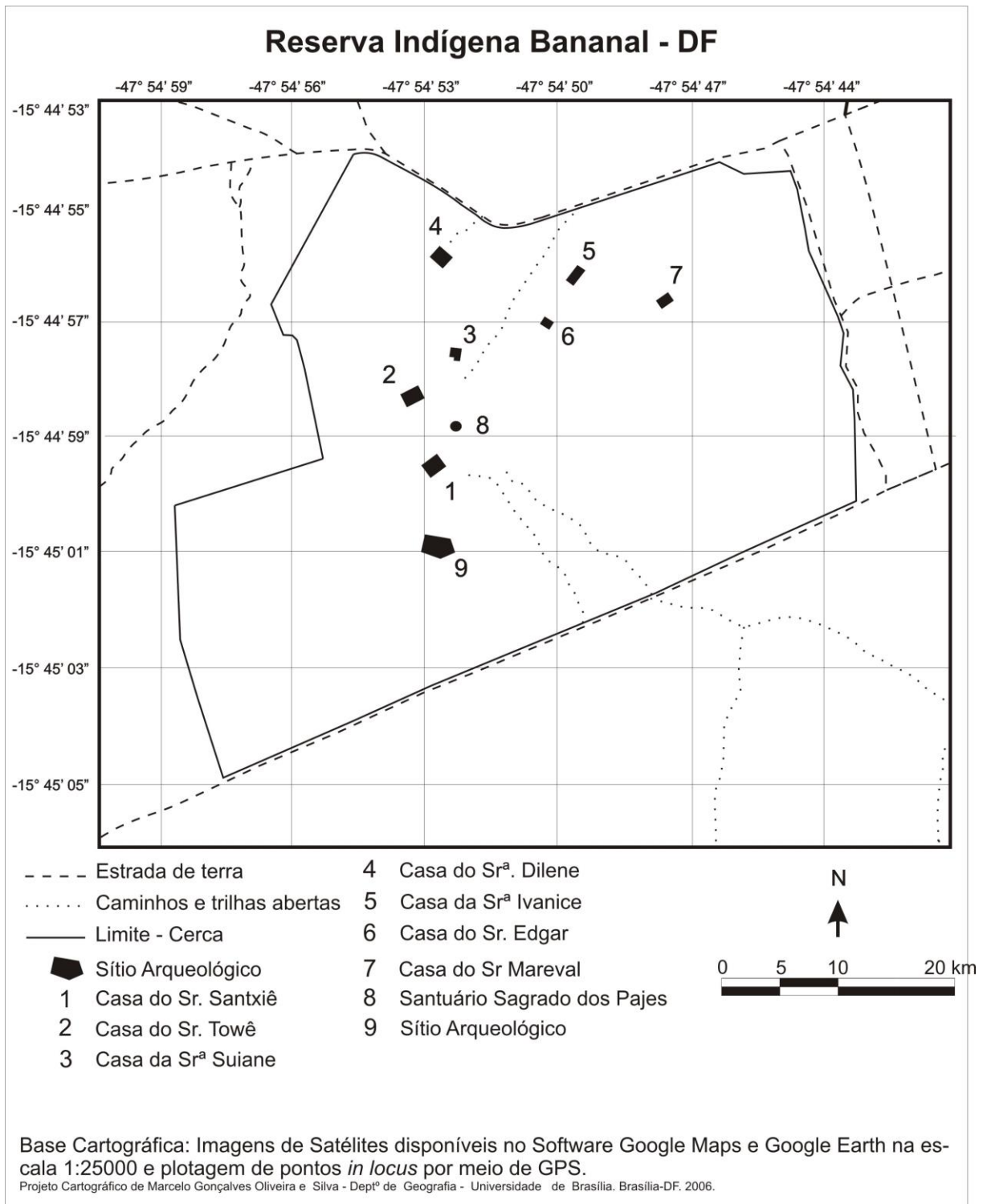


Figura 03. Foto lateral do santuário

Os motivos que levaram à formação da reserva foram diversos, porém, a tônica que tem motivado a diáspora dos povos indígenas brasileiros é a expansão econômica capitalista sobre o território (BECKER, 2003, p. 184-185). Dessa forma, de acordo com Haesbaert:

É justamente por meio desta forma versátil de reterritorialização dos “de cima” que se forma, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos “de baixo”, através do agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração da renda [...] (HAESBAERT, 2004, p. 367).

A “reterritorialização dos de cima” a qual Haesbaert cita, encaixa-se com a forma como a sociedade envolvente promove a expansão econômica capitalista sobre a fronteira agrícola e extrativista, ocasionando às sociedades tradicionais — indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, entre outras — a desterritorialização, obrigando-os a buscarem novas territorialidades, ou seja, novos espaços.



MAPA 01. Reserva Indígena Bananal - DF

A Reserva Indígena Bananal compõe o que Stephen Baines identifica como “aldeias urbanas ou índios citadinos” (BAINES, 2001)<sup>1</sup>. Englobam “desde situações em que índios foram expulsos das suas terras até outras situações em que índios optaram pela vida na cidade em decorrência da falta de oportunidades de educação e atendimento adequado de saúde nas suas aldeias” (BAINES, 2001).

Processos que se aplicam bem para entender os motivos pelos quais os membros da Reserva Indígena Bananal migraram para Brasília. O relato de uma de suas moradoras aponta para este fato:

“Se devolvessem a terra que era da minha família no Nordeste, eu voltava pra lá e deixava tudo isto aqui pra eles...” (Dona Ivanice – moradora da reserva – Brasília. Etnia Cariri-Xocó – 20/05/2006).

A intensidade cada vez maior dos movimentos sociais de luta pela terra atualmente, mostram como é extenso o problema da desigualdade social. Sobre esta questão, a qual se enquadra muito bem no tema desta pesquisa, Haesbaert nos apresenta:

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o ‘apegar-se à terra’, a ‘reterritorialização’ é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos (HAESBAERT, 1999, p. 185).

---

<sup>1</sup> BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índio na cidade. 2001. Artigo para Internet.



### 3.1. PARTE DA HISTÓRIA DE VIDA DO SR. SANTXIÊ

Pesquisamos mais intensamente a história de ocupação da família que ocupa a área onde se localiza o Santuário Sagrado dos Pajés, dentro da Reserva Indígena Bananal. Àquela observada por nós, como um ponto importante de resistência e organização, por estar a mais tempo na reserva e por mover, juntamente com a Dona Ivanice, moradora da reserva, uma ação na justiça para se manterem na área.

Desta maneira, o índio Santxiê, apresentou-nos diversos documentos que relatam parte de sua história de vida. Índio de etnia Fulni-ô, atualmente com 50 anos de idade, Santxiê é originário da Terra Indígena Águas Belas, onde se situa o município pernambucano de Águas Belas a 273 km de Recife, conforme mapa da Área Indígena Fulni-ô, Anexo A. Para compreender sua história, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre os índios Fulni-ô. Para isso, utilizamos a dissertação de mestrado apresentada por Jorge Hernández Dias, “*Os Fulni-ô: Relações Interétnicas e de classe em Águas Belas*”, defendida na Universidade de Brasília em 1983, a qual relata o processo de surgimento da Área Indígena Águas Belas, as características etnográficas e a relação interétnica dos índios Fulni-ô com a sociedade regional.

Em 1928, a Terra Indígena Fulni-ô foi dividida pelo Ministério de Agricultura Indústria e Comércio em 427 lotes, os quais foram entregues aos chefes de famílias, cada lote correspondia a 30,25 hectares (DÍAZ, 1983, p. 102). Antes da realização do loteamento, vários membros da sociedade regional já haviam se apossado ou negociado glebas de terrenos na reserva, processo que resultou nos conflitos existentes entre os índios Fulni-ô e a sociedade regional.

A mãe de Santxiê, Dona Maria de Veríssimo Machado Fulni-ô, move na Fundação Nacional do Índio - FUNAI um processo de regularização do lote de nº 395 situado no Alto do Cariri. Vítima da ação de grileiros de terras, o lote herdado de sua família se encontra atualmente na posse de membros da sociedade regional, conforme documentos descritos abaixo e anexo a esta pesquisa:

- Solicitação de providências do Cacique Fulni-ô junto a FUNAI para regularização do lote nº 395 de propriedade da mãe de Santxiê (Anexo b);
- Cópia do documento, proveniente de grilagem conforme depoimentos de Santxiê e seus irmãos, da posse do lote de Dona Maira de Veríssimo Machado Fulni-ô, mãe de Santxiê, apresentado pela atual arrendatária (Anexo c).

### 3.2. SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA RESERVA INDÍGENA BANANAL



Figura 04. Peças de cerâmicas encontradas durante uma escavação para construir a fundação de uma casa dentro dos limites da reserva.

Durante os trabalhos de campo na reserva, o Sr. Santxiê me apresentou uma área localizada em meio à vegetação de cerrado, que possui um conjunto de peças de cerâmica ainda não tombadas. Segundo ele, foram encontradas ao escavarem o solo para a construção de uma casa na reserva. Ao encontrarem tais artefatos, decidiram abandonar o local, a fim de preservá-lo para a possibilidade de posteriores pesquisas no local.

A análise das peças requer profissionais especializados para classificar ou inferir qualquer conclusão sobre o material encontrado. No entanto, conforme as fotografias registradas em campo e conversas estabelecidas com a Senhorita Daniele, arqueóloga do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade-IPHAN, podemos deduzir que a região já fora habitada por populações indígenas em períodos anteriores e que, atualmente, a presença do grupo na área vem afirmar a legitimidade do reconhecimento do lugar como área indígena. A existência de um sítio arqueológico na reserva aponta para a possibilidade da existência de outros sítios na região, o que, com a construção de um setor urbano, poderá violar e destruir outros sítios sem os devidos estudos sobre os materiais encontrados.

Diante deste fato, a pressão imobiliária interessada na área é grande. O apontamento de Peluso e Cidade norteia a tônica das relações sociais predominantes em processos em que estão em voga a relação de poder entre classes sociais, semelhantes ao que acontece na Reserva Indígena Bananal:

[...] o conhecimento tem sido utilizado para perpetuar um modelo de profunda desigualdade, no qual as relações de dominação parecem predominar. Essas diferenças expressam-se tanto nas relações sociedade natureza como nas relações sociais (PELUSO; CIDADE, 2002, p. 196-197).



Figura 05. Peça em aparência de Boneca



Figura 06. Peça em aparência de onça

Ao apresentarmos as fotos das peças encontradas no sítio da reserva ao IPHAN em Brasília, alguns membros do instituto se mostraram muito surpresos e interessados em realizar estudos sobre o material e procurar por novos sítios na área. De acordo com a arqueóloga consultada, não existe registro de nenhum sítio daquela natureza no Distrito Federal, e que o estudo da área poderia levar a interdição da área até que se realizem estudos necessários na região.

### **3.3. DIMENSÃO DA RESERVA INDÍGENA BANANAL**

A dimensão da reserva apresentada nos mapas não correspondem a área exata. A área correspondente nos mapas aqui apresentado foi estabelecida com base na área central da reserva. No entanto, existem outras áreas, adjacentes à reserva, que também estão sendo reivindicadas pelo grupo.

O mapa apresentado na página 22 foi confeccionado mediante dados colhidos em pesquisa de campo com auxílio de GPS e posteriormente sobrepostos em imagens de satélites extraídas do software Google Map's e Google Earth, conforme a imagem apresentada na página 31.

O mapa apresentado no anexo D foi extraído da malha SICAD do Distrito Federal na escala de 10:000; folha 120: quadrantes I-3, I-6, II-1 e II-4 (CODEPLAN). No centro, na cor verde, foi localizada a Reserva Indígena Bananal por meio das coordenadas geográficas extraídas de dados plotados por GPS a fim de demonstrar as características ambientais e urbanas, as quais são elas:

- Ao norte se encontra o Lago Paranoá;
- No noroeste se localiza o córrego Bananal, afluente do lago de mesmo nome; e
- Ao leste se situa o Parque Nacional de Brasília (IBAMA), importante região de proteção ambiental do Distrito Federal.

Os limites com a área urbana se fazem:

- Ao leste a região faz fronteira com a Asa Norte, onde se situava na 710 norte a Casa do Índio, local onde atualmente funciona a Casa do Ceará;
- Ao sul com Setor Militar Urbano; e
- A oeste se encontra o Setor de Oficinas Norte, ponto que se projeta como foco de grande impacto ambiental para o Parque Nacional de Brasília e para o Lago Paranoá, os quais recebem parte da poluição de restos de óleos e derivados deixados pelas vias públicas que são carregados pela água das chuvas.

#### 4. O SETOR NOROESTE

A iminência da construção de um novo setor habitacional destinado às classes média e alta de Brasília, chamado Setor Noroeste, ameaça a permanência e a existência da Reserva Indígena Bananal, bem como do Santuário Sagrado dos Pajés e do sítio arqueológico encontrado. Entre os defensores do projeto de construção do setor Noroeste, destacam-se os empresários da construção civil de Brasília que exercem cargos políticos, no âmbito Distrital e Federal, em conjunto com a política habitacional do Governo do Distrito Federal.

A reprovação do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) pelos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMARH, entregue em audiência pública pela Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP em fevereiro de 2005 (BRANDIM; MADER, 2005)<sup>2</sup>, demonstram a sensibilidade que compreende a área. O projeto de construção do setor prevê, segundo os dados contidos no EIA/RIMA, um incremento populacional de 40 mil habitantes, divididos em 20 superquadras somando ao todo 220 blocos de apartamentos, além de mil unidades comerciais.

A implantação deste projeto, conforme os discursos presentes na mídia e na opinião pública, estão calcados mais na grande pressão exercida pelo mercado imobiliário em Brasília do que na real necessidade de habitação da população de Brasília. Segundo Sérgio Artu Paganini, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, presente no fórum ambiental para discussão dos impactos sócio-ambientais

---

<sup>2</sup> BRANDIM, Cecília & MADER, Helena. Meio Ambiente: Noroeste em ritmo lento. 2005. Artigo para Internet.

do projeto de construção do setor noroeste, promovido pela Universidade de Brasília em setembro de 2003, ao falar sobre a necessidade de construção de um novo bairro destinado à classe média no Plano Piloto, questiona:

“Não precisamos de mais um bairro. Precisamos é de adensar conscientemente os já existentes” (depoimento Artu Paganini apresentado em artigo de CASTRO, 2003)<sup>3</sup>.

Do ponto de vista social, a construção deste setor implicará numa sobrecarga no fluxo de automóveis nas vias de tráfego urbano no Plano Piloto, o que já se apresenta problemático. Do lado ambiental, a necessidade de abastecimento de água e de recolhimento do esgoto, bem como a canalização das águas pluviais para o Lago Paranoá, exigirá um novo reaparelhamento das estruturas já existentes para comportar o novo setor.

A presença do grupo indígena no local tem contribuído para preservação ambiental da região, área esta que compõe parte da rede de drenagem do Córrego Bananal, afluente da Bacia do Lago Paranoá. A imagem de satélite, apresentada a seguir, fornece uma visão parcial da preservação ambiental da região ocupada pela reserva.

---

<sup>3</sup> CASTRO, André Augusto. 2003. Não ao Setor Noroeste: Novo bairro que o GDF quer implantar junto ao Parque da Água Mineral recebe críticas da sociedade civil e de parlamentares. 2003. Artigo para Internet.



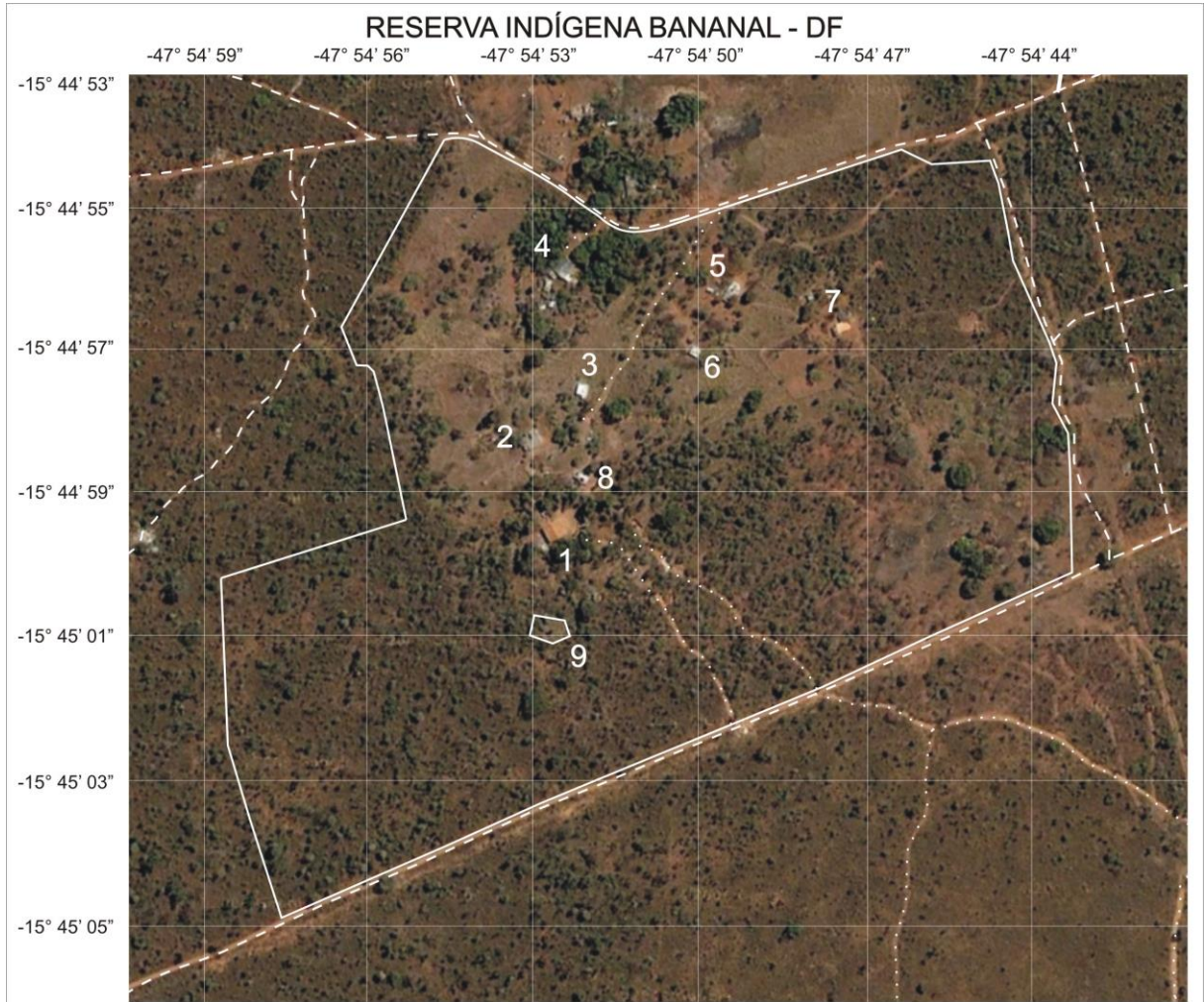


Imagem de satélite composta a partir de imagens extraídas do Software Google Maps. Ano aproximado da imagem 2003.

- |       |                                |   |                                  |
|-------|--------------------------------|---|----------------------------------|
| ---   | Estrada de terra               | 4 | Casa do Sr <sup>a</sup> . Dilene |
| ..... | Caminhos e trilhas abertas     | 5 | Casa da Sr <sup>a</sup> Ivanice  |
| —     | Limite - Cerca                 | 6 | Casa do Sr. Edgar                |
| □     | Sítio Arqueológico             | 7 | Casa do Sr Mareval               |
| 1     | Casa do Sr. Santxiê            | 8 | Santuário Sagrado dos Pajes      |
| 2     | Casa do Sr. Towê               | 9 | Sítio Arqueológico               |
| 3     | Casa da Sr <sup>a</sup> Suiane |   |                                  |



Projeto Cartográfico de Marcelo Gonçalves Oliveira e Silva - Deptº de Geografia - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

Imagens de Satélite da Reserva Indígena Bananal - DF



#### 4.1. A QUESTÃO JURÍDICA DA RESERVA INDÍGENA BANANAL

A “Ação de Manutenção de Posse” movida pelo Sr. Santxiê e pela Senhora Ivanice, requer na Justiça Federal a “Proteção Possessória – Posse – Civil” contra a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

Peticionada em 20 de junho de 2005 no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual declarou que o referido processo estava fora de sua competência, pois se tratava de uma causa que envolvia comunidades indígenas, e por isso deveria ser julgada em âmbito federal. Desse momento em diante, o Processo de número 2005.34.00.018402-7 passou a ser tratado pela 2ª Vara Federal do Tribunal Federal Regional da 1ª Região.

O Sr. Santxiê alega ter comprado o direito de posse da chácara que habita há mais de 30 anos. Defende-se dizendo que neste tempo, eles desenvolveram uma íntima relação com o território. Como argumento, citam as atividades desenvolvidas na terra, entre elas: permacultura — atividade que visa o cultivo de plantas e construções de forma a criar um sistema de entrada e saída de energia o mais próximo possível da auto-alimentação —, agrofloresta — consórcio de plantio de várias espécies de vegetais, o qual tem como objetivo reproduzir o mais próximo possível o ambiente de uma floresta — e piscicultura, entre outras.

Do ponto de vista cultural, os habitantes da reserva sustentam o argumento de que mantêm uma clara identidade indígena. Citam as práticas culturais praticadas por eles, como o Toré, práticas xamânicas, músicas, danças, produção de artesanato, entre outros.

Também estão presentes no discurso de resistência dos moradores da reserva Bananal, as lembranças sobre a história do contato com os colonizadores na Área Indígena Fulni-ô de Águas Belas-PE. A sociedade regional interessada em

arrendar glebas de terras dentro da área indígena, onde se trata de uma área que compõe o polígono da seca e possui um rio perene afluente do Rio São Francisco que corta a área indígena de norte a sul, realiza, por meio de práticas ilícitas de grilagem, negociações de terras com os indígenas. Apesar do arrendamento da terra ser efetivado por períodos pré-determinados, retirar os arrendatários após o vencimento dos contratos da área indígena ficou cada vez mais difícil, os quais requerem para devolverem os terrenos indenizações super-valorizadas sobre as benfeitorias construídas.

“Nós da reserva somos um peso para as autoridades, vamos exigir nossos direitos como índios previstos na Constituição. Não estamos querendo o que não é nosso, estamos é cobrando uma dívida contraída pelos brancos com a gente há muito tempo atrás” (Sr. Santxiê, 12 de novembro de 2006).

A TERRACAP alega que o grupo não possui qualquer documento que comprove a legalidade da posse do terreno, tratando-se, segundo a companhia, de invasão por parte dos indígenas. Cita ainda, sobre a questão fundiária, que a região fora uma fazenda antes da construção de Brasília, a qual fazia parte da cidade de Planaltina e que fora desapropriada e indenizada. No entanto, a TERRACAP também não conseguiu, até o momento, comprovar com documentos a história apresentada por ela. Assim sendo, a Gerência Regional de Patrimônio da União do Distrito Federal - GRPU/DF, após solicitação da Justiça Federal feita em 13 de outubro de 2005, coloca que a região em questão não é de propriedade da União.

A FUNAI, neste cenário, após realizar estudos antropológicos na comunidade a respeito do reconhecimento do grupo e da reserva, apresenta que não se trata de uma comunidade indígena tradicional por não preencher os critérios de avaliação do órgão. Neste caso, a FUNAI orienta a Justiça Federal a proceder a

legalização da terra a favor dos indígenas da reserva Bananal por meio do “usucapião”. Atualmente, o processo se encontra aguardando o resultado da sentença final.

## 5. A RESERVA INDÍGENA BANANAL E A SOCIEDADE ENVOLVENTE

Os índios Fulni-ô, habitantes da reserva Bananal, fazem questão de ressaltar a relação social e cultural que mantêm por meio de visitas à Aldeia Indígena Fulni-ô em Águas Belas situada no estado de Pernambuco, e de onde também recebem visitas constantes. Assim sendo, a existência de uma rede de relações entre a reserva indígena Bananal e a aldeia Águas Belas-PE, deflagram a não separação definitiva e concreta do índio que vem em busca de oportunidades na área urbana. O índio volta para visitar seus parentes na aldeia de sua origem, reafirmando assim sua identidade étnica e seus laços de parentescos. Relação que, num dos conceitos de cultura definido pela revista *Géographie et Cultures* (EDITORIAL, 1992, p. 4-5 apud CORRÊA, 2004, p. 52) representa a rede de relações entre índios citadinos e a terra indígena de origem:

[...] não sendo constituído pela 'justaposição de traços independentes' mas, ao contrário, 'seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerentes;' [...]

Em algumas ocasiões, presenciamos os indígenas da reserva Bananal falando entre si por meio de idioma indígena, os quais identificaram como *la-tê*, língua de origem Fulni-ô, diante de membros da sociedade envolvente. Neste contexto, assim como nos relata Barth (2000), as relações interétnicas não descaracterizam a identidade dos indivíduos:

Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação,

mas implicam efetivamente processo de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas” (BARTH, 2000, p. 26).

Na concepção de Barth, a cultura é mais uma resultante do que um aspecto definidor da organização territorial e social de um grupo étnico (BARTH, 2000, p. 28). No entanto, há limites para tal colocação, como o próprio autor escreve: “Também não é correto alegar que toda diversificação interna a um grupo seja um primeiro passo rumo à subdivisão e à multiplicação de unidades” (BARTH, 2000, p. 31). Sobre esta observação, a situação dos índios Xavante em Mato Grosso é um bom exemplo. Mesmo vivendo em Terras Indígenas descontínuas, separadas, como ilhas em meio a fazendas e municípios, os Xavante apresentam como fundamento cultural os mesmos rituais e costumes indígenas, embora a situação de contato interétnico os conduziram a reflexões sobre seus costumes e perspectivas.

Entretanto, embora o grupo habitante da Reserva Indígena Bananal demonstre uma clara identidade indígena, sua integração tem ocorrido de forma a contradizê-los em sua identidade e a levá-los a um estado de miséria e humilhação étnica diante da sociedade envolvente. Assim é como descreve Roberto Cardoso de Oliveira sobre os índios Terena citadinos em áreas urbanas em Mato Grosso do Sul:

E é nas condições de vida vigentes no meio urbano que êsse *status* tem o seu maior peso negativo: na cidade o índio não conta praticamente com o apoio do S.P.I., e a inexistência de uma mediação (papel representado pela Reserva) entre a comunidade indígena e a sociedade nacional torna a exteriorização de sua identidade étnica interiormente contraproducente em termos da *práxis* urbana (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 214).

Com relação a assistência aos problemas fundiários do grupo, pouco tem sido feito pelos órgãos governamentais envolvidos no processo. A grande contribuição tem chegado por meio de contatos estabelecidos com membros da sociedade urbana. A mídia, quando está livre da influência de interesses dominantes, ao divulgar sobre o assunto, tem contribuído relevantemente para o conhecimento do problema pela opinião pública, que, em sua maioria, desconhecem a existência da Reserva Indígena Bananal.

A presença constante de índios moradores de terras indígenas das mais diversas regiões entre as Américas e de membros da sociedade urbana, contribui para o fortalecimento e manutenção de laços de amizade e colaboração com os moradores da reserva. Fenômeno, que se mostra análogo ao estabelecimento de novas relações de parentesco, o que em meio às relações interétnicas — com a sociedade envolvente e entre índios de outras etnias — facilita a integração e a relação do grupo com os membros de fora. Situação esta que foi em alguns momentos demonstrada por eles ao chamarem uma pessoa (índio ou não), que apresenta intimidade com o grupo e que se encontram fora de seus laços de parentescos, com a expressão de “parente”.

Uma das crianças nascidas na reserva, a qual convivemos, foi batizada por membros da sociedade urbana de Brasília, semelhante ao que Cardoso de Oliveira observou entre os Terena quanto à relação de apadrinhamento com membros da sociedade regional:

O estabelecimento de elos de parentesco artificial (mediante o compadrio) com membros da sociedade regional, bem como o elevado índice de uniões interétnicas, vem mostrar, por outro lado, que a instituição do parentesco — e não o grupo de parentesco migrante — é que tem servido de mecanismo ampliador da base local urbana, sobre a qual os Terena egressos das aldeias ou das fazendas poderiam lograr meios

de acomodação mais favoráveis [...] (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 216, parêntese do autor).

A Reserva Indígena Bananal também recebe pesquisadores de diversas instituições de ensino superior interessados no estudo da vegetação de cerrado presente no local, na organização social e na cultura indígena.

### **5.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RESERVA INDÍGENA BANANAL**

As atividades culturais e sociais desenvolvidas na reserva demonstram bem o modo de vida de seus integrantes. A Produção de artesanatos, cultivo de plantas medicinais, cultura de alimentos e criações de animais que compõem o cardápio alimentar do grupo, práticas culturais étnicas, preservação ambiental, entre outros, configuram o conjunto das atividades que envolvem o grupo.



Figura 07. Caminhos no interior da reserva.

“O objetivo nosso aqui na reserva Bananal é resgatar a dignidade do meu povo, resgatar o conhecimento fitoterápico, religioso e cultural” (Sr. Santxiê, 19 de maio de 2006).

O território da reserva, dentro de uma concepção espacial, é visto como “a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade” (MASSEY apud HAESBAERT, 2004, p. 365). Espaço este que garante não só a sobrevivência do grupo, mas a manutenção cultural e social, já que o espaço é o local de manifestação da identidade étnica de seus habitantes.

## 5.2. PRÁTICA DE ARTESANATO

Os membros da reserva mantêm a produção e confecção de artesanatos indígenas, tais como colares, braceletes, cachimbos, pulseiras, entre outros, que são vendidos em feiras e congressos de Brasília. Atividade que se apresenta como ponto importante na obtenção de recursos e complementação da subsistência do grupo.



Figura 08. Produção de artesanatos indígenas.



### 5.3. CULTIVO DE PLANTAS E ANIMAIS

O plantio de alimentos que compõem o cardápio alimentar, tais como feijão, mandioca, milho, hortaliças, frutas, além da criação de galinhas, auxiliam na obtenção da subsistência do grupo.



Figura 09. Cultivo de feijão.

O uso de plantas medicinais para uso terapêutico, cultivada na reserva e extraídas do cerrado, são muito procuradas pelos membros da sociedade urbana para o tratamento das mais diversas doenças, como: câncer, alergias, problemas na gravidez, fígado, coração, entre várias outras.



Figura 10. Produção de ervas para uso terapêutico.

#### 5.4. ATIVIDADES CULTURAIS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ligado em sua essência às culturas étnicas de origem, o grupo pratica atividades de dança, toré, cantos xamânicos, rezas, músicas, pinturas corporais, contos e histórias.

A partir da prática de determinados cantos e danças, do uso de trajes e adereços específicos, genuinamente reconhecidos como indígenas (pena, arco, flecha, colares, máscaras), e acompanhados do uso de grande quantidade de tabaco e da ingestão de jurema, bebida alucinógena preparada com entrecasca do vegetal de mesmo nome, diversos dos povos indígenas do Nordeste marcam posição e fazem deste ato uma resistência cultural. Tais rituais denominados "ouricuri", "praiá", "particular" e, principalmente, "toré", embora sofrendo algumas variações, mantêm as mesmas características gerais, o que garante de certa maneira a definição étnica desses grupos, uma vez que apenas eles o praticam de tal forma (PEREIRA)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> PEREIRA, José A. Tonezzi. Ritual do Toré: A "Ciência do Índio" como Identidade e Resistência. Artigo para Internet.



Figura 11. Interior do Santuário Sagrado dos Pajés

No Santuário Sagrado dos Pajés são realizadas atividades culturais e religiosas que proporcionam a coesão social do grupo. Não é nosso objetivo neste momento relatar mais detalhadamente as atividades culturais desenvolvidas pelo grupo, apenas abordamos o assunto a título de fornecer o cenário cultural que envolve a reserva.

“Quando eu estava fazendo os canto do Toré e fumando o cachimbo, o seu Zé que estava assistindo e gosta do trabalho, recebeu o espírito do seu irmão que tinha morrido, ele dizia que me respeitava como guerreiro e gostava do canto. Para mandar ele ir embora, eu dei duas sopradas de fumaça no ouvido dele e ele foi embora. Quando o seu Zé voltou ele não se lembrava de nada e me disse que nunca tinha recebido espírito” (Sr. Towê. 23 de julho de 2006).

O Sr. Towê, irmão de Santxiê, desenvolve trabalhos de dança, cantos, xamanismo, rezas, pinturas corporais, artesanatos, que são muito respeitados pelos membros da reserva e por indígenas de outras etnias que o conhecem. Towê ocupa na reserva a posição semelhante a do pajé ou xamã.

O Sr. Santxiê e a Dona Ivanice exercem posições de lideranças perante o grupo, o que se reflete na existência de dualidades opostas de interesses na reserva. Embora a liderança por ambos não sejam realizadas de forma declarada e autoritária, esta dualidade não ocasiona grandes problemas para o grupo, mas possibilita aos demais optarem entre seguir um caminho ou outro, da forma como melhor lhes couberem.

## 6. A PERSPECTIVA DO DISCURSO DA HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES DA RESERVA INDÍGENA BANANAL

Um ponto comum entre as histórias narradas pelos atores desta pesquisa (VELHO, 1986, p. 74-78), é o fato de que a maioria dos moradores da reserva passou por problemas fundiários parecidos em suas aldeias de origem e decidiram buscar novas oportunidades de vida no meio urbano.

O conceito de tribalismo, utilizado por Roberto Cardoso de Oliveira (1968, p. 213) para definir a organização social dos índios Terena no meio urbano, se aplica bem a este contexto. Fenômeno que se caracteriza pela manutenção do pertencimento da identidade étnica indígena, a qual é fortalecida por meio da coesão tribal estabelecida nas relações sociais existentes no lugar de habitação dos indígenas. Neste caso, a Reserva Indígena Bananal é vista como o lugar onde o grupo se encontra para renovarem os laços de união e ajuda mútua, relações que facilitam a integração do grupo à sociedade de classes no meio urbano.

Este processo não significa uma continuidade da vida na aldeia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 213), nem tão pouco uma integração sem assimilação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 11), mas:

Revelam-nos como uma população aborígine pode atingir os mais altos níveis do processo aculturativo, sem que seus membros percam sua identificação étnica, conservando-se *índios* – muitas vezes e paradoxalmente – para poderem sobreviver (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 228, *itálico do autor*).

No discurso dos membros da Reserva Indígena Bananal, a referência ao sagrado é sempre citada ao explicarem a ocupação deles na área. Dizem, a respeito da reserva, ser o lugar onde o Grande Espírito faz morada, onde o sol de Brasília se esconde e a lua mora. É um lugar sagrado, que, segundo eles, ajuda a equilibrar as forças espirituais de Brasília. Neste sentido, a perspectiva indígena perante o contato re-significa e recria, por meio de sua perspectiva, a presença e a resistência do grupo no local (HOWARD, 2002, p. 28).

Do seu ponto de vista, a lógica do sistema está em assimilar recursos externos, 'domesticá-los' e pô-los a serviço de seu projeto de reprodução social. [...] Na medida em que se viram apanhados em teias mais complexas de relações com a sociedade dominante, foram reformulando algumas de suas práticas tradicionais, conforme a evolução das circunstâncias.

De acordo com Le Bosse (2002, p. 173):

Para compreender plenamente a expressão territorial do grupo, nos beneficiamos ao examinar a maneira como o grupo percebe e representa seu 'outro', inimigo ou vizinho, e como esse 'outro' contribui para soldar a coesão interna do grupo identitário.

O conteúdo dos discursos proferido por diversas vezes pelo Sr. Santxiê ao se referir à luta pelo reconhecimento da reserva e ao processo de reintegração de posse movido na justiça, define bem a maneira como os membros da reserva vêm a participação dos órgãos governamentais envolvidos na questão, vejamos:

“Estamos em guerra, prontos a ter que defender a gente a qualquer hora contra os brancos que querem entrar aqui, violar nossas casas, destruir nossa cultura, fazer nosso povo passar fome e ser humilhado” (Sr. Santxiê, 7 de julho de 2006).



Figura 12. Lança



Figura 13. Arco e Flecha

*Obs.: Armas expostas na casa de Santxiê que expressam o sentimento de conflitos iminente.*

Neste cenário de intensos conflitos, o qual sentimentos etnocêntricos são escamoteados por baixo das relações sociais, o julgo final da intolerância étnica sobrepuja o diferente. Assim, diversos grupos étnicos são forçados a saírem de seus territórios de origem, ocasionado com isso uma diáspora de grupos étnicos pelo mundo. Estes por sua vez, vão em busca de novos espaços para transformá-los em lugares. O trecho abaixo ilustra bem este fenômeno, o qual se aplica bem para ajudar a entender como a Reserva Indígena Bananal é percebida por seu moradores:

Alguns autores como Appadurai (1996) estão utilizando o termo 'translocalidades' para os territórios que transcendem o local e até mesmo o nacional, para entrecruzarem múltiplas culturas e

dinâmicas e econômicas, inserindo aí uma multiplicidade espaços (HAESBAERT, 1999, p. 186).

A resistência que os membros da reserva exercem não se expressa propriamente em um movimento organizado, mas se reflete em uma estratégia de afirmação étnica perante a sociedade envolvente. Nesse sentido, a busca por valorizar e dar sentido ao território que ocupam descreve a maneira como o grupo tem demonstrado sua força nas relações interétnicas.

Perante o plano urbanístico de Brasília e a especulação imobiliária, a existência da Reserva Indígena Bananal parece se apresentar como um enclave no Plano Piloto. Entretanto, a permanência do grupo no local poderá significar, como os próprios moradores dizem, uma democracia racial e religiosa, conforme o Sr. Santxiê nos diz:

“O Governo deu terreno para o Terreiro de Umbanda, para a Igreja Católica, para os crente e para nós índios não deu nada. Nós queremos manter nossa tradição, nossa cultura, deixar a reserva aberta para quem quiser conhecer nosso trabalho com natureza e com o Grande Espírito. A gente quer deixar o Santuário Sagrado dos Pajés aberto para os Pajés e Xamãs que quiserem fazer algum trabalho espiritual. Não é justo, só eles conseguem espaço em Brasília, nós índios somos sempre esquecidos, só lembram da gente para nos mandar para a guerra, do jeito que fizeram com meu povo na Guerra do Paraguai, é por isso que eu estou aqui” (Reserva Indígena Bananal, Maio de 2006).

A dificuldade que os membros da reserva têm em obterem seus direitos assegurados pela Constituição como indígenas, sejam eles em suas terras de origem sejam em Brasília, corrobora perfeitamente com a crítica que Marilena Chauí (2004, p. 8) faz à crença de que o Brasil “é um país sem preconceitos [...],



desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça”. Embora seja dito constantemente por meio da música, de programas de TV, livros de história, entre outros, que a democracia racial no Brasil é uma característica da formação do povo brasileiro, nas relações sociais ela ainda não se concretizou.

## ANÁLISES E CONCLUSÕES

A Reserva Indígena Bananal se iniciou em consequência da proximidade da antiga Casa do Índio, onde atualmente se localiza a Casa do Ceará, com área atual da reserva. Atraídos por forças espirituais, de acordo com a religiosidade indígena que os envolvem e está presente em seus discursos, esta proximidade despertou o interesse do grupo pela área. Mais tarde a reserva indígena se fortaleceria e se desenvolveria, e encontrariam em seu território um sítio arqueológico que completaria, para o grupo, o sentido de terem sido guiados por forças espirituais para a área atual da Reserva Indígena Bananal.

A comunidade, há mais de trinta anos na área, desenvolveu grandes conhecimentos sobre a fauna e flora do cerrado. Estes conhecimentos que têm sido aplicados na produção de remédios naturais, manejo e domesticação de plantas da agricultura tradicional (ervas medicinais, feijão, milho, entre outros) em área de cerrado sem utilização de insumos.

Do ponto de vista cosmológico indígena, não parece ter sido por acaso que a Reserva Indígena Bananal se formou sobre uma área constituída por um sítio arqueológico. A ligação entre o grupo indígena que mora na reserva indígena atualmente e a sociedade que habitou a área no passado, revela um sentido particular. Acreditam, os moradores da Reserva Indígena Bananal, que estão protegendo a memória e os espíritos de seus ancestrais que moravam neste local.

Assim como o próprio IPHAN nos orientou, a respeito do destino do sítio arqueológico e da Reserva Indígena Bananal, nestes casos geralmente são criados, em parceria com outras instituições, casas no local para a exposição e

conhecimento das peças encontradas nos sítios para o conhecimento e estudo da comunidade. Como o IPHAN nos relatou, esta ação visa preservar a história do encontro da sociedade anterior com a comunidade que a descobriu. As alternativas de preservação do sítio arqueológico devem ser tomadas em comum acordo com os moradores da reserva, a fim de que não se sobreponha a vontade da sociedade dominante.

A percepção do território da reserva pelos seus habitantes possui uma conotação diferente da que a sociedade nacional atribui ao espaço. Enquanto o território étnico indígena é percebido como o espaço de manifestação de sua identidade, preenchida por seus costumes e valores religiosos, sociais e culturais; o espaço para a sociedade envolvente é determinado pelo seu valor de mercado. Assim sendo, o território da Reserva Indígena Bananal, atribuído de valores étnicos, tornou-se o meio pelo qual o grupo social mantém sua cultura e seu modo de vida étnico.

Outro ponto de suma importância que a presente pesquisa aponta, é para a necessidade de ser realizado um estudo minucioso sobre a origem legal da terra em que se localiza a Reserva Indígena Bananal. A possibilidade da terra em questão não ter sido devidamente indenizada aos antigos proprietários da terra antes da construção de Brasília, fato que ocorreu em várias áreas do Distrito Federal, poderá incidir no direito de propriedade da terra pelos indígenas da reserva. Neste caso, a terra ainda seria de direito uma propriedade particular e poderia ser reivindicada, pelos índios, a propriedade da terra pelo direito previsto na lei de “usucapião”.

O destino da reserva ainda é incerto diante da construção do Setor Noroeste, os resultados que serão desencadeados poderão ser os mais desastrosos para o grupo indígena. Nas relações interétnicas entre índios e sociedade

envolvente, o domínio das forças econômicas e políticas, centralizado nas mãos da sociedade envolvente, têm sido dirigidas, em sua grande maioria, em favor da reprodução do capital no espaço. A esperança, refletida na luta de resistência pela preservação da Reserva Indígena Bananal, de reconhecimento e acerto de uma pequena fração da dívida que a sociedade envolvente possui com a população indígena no país, motiva o grupo a continuar firme neste movimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras; A identidade pathan e sua manutenção. In: \_\_\_\_\_ (org. LASK, Tomke) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 25-93.

BECKER, Bertha K & EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 267 p.

BRASIL. Constituição de 1998. Artigo 231. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Versão Ampliada e Atualizada. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, 135 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e Tribalismo: A integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, 237 p.

\_\_\_\_\_. 1976. Identidade étnica, identificação e manipulação; Um conceito antropológico de identidade; Processos de Articulação Étnica. In: \_\_\_\_\_ **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976, pp. 01-78.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: o Mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 [2000], 103 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista Geographia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Ano 1, n. 2, 1999, pp. 7-26.

CORREA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: Passado e Futuro – Uma Introdução. In ROSENDAHL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) **Manifestação da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, pp. 49-58.

DÍAZ, Jorge Hernández. **Os Fulniô: Relações Interétnicas e de classe em Águas Belas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Departamento de Ciências Sociais, Fundação Universidade de Brasília, 1983, p. 352.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: \_\_\_\_\_. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 298-316.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestação da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, pp. 169-190.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização como Mito. In: \_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 363-374.

HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 25-56.

LÊ BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Z & CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, pp. 157-179.

LIMA, Emmanuel Gomes Correia. **Da Floresta Amazônica aos Centros Urbanos**. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2004, 90 p.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 3ª ed. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 17-34.

MOTA, Olga Maria Fernandes. **Os Karajá, o Rio Araguaia e os Outros: territorialidades em conflito**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2004, 95 p.

PELUSO, Luiza Peluso & CIDADE, Lúcia Cony Faria. 2002. Urbs e Civitas em Brasília: um diálogo impossível? Revista **Espaço e Geografia**. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília, Vol. 5, nº2, pp. 191-222, Julho-Dezembro de 2002.

PIERSON, Donald. Algumas sugestões metodológicas para o estudo de uma comunidade rural. In: **Teoria e pesquisa em sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1970, pp. 293-307.

SANTOS, Milton. A Geografia da Percepção e do Comportamento; As Noções de Totalidade, de Formação Social e a Renovação da Geografia. In: \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: edusp, 2002, pp. 91-98; 235-247.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a percepção da experiência**. São Paulo: Ed. DIFEL, 1983, 250 p.

VELHO, Gilberto. Histórias de Vida: Resumo e Reflexões. In: \_\_\_\_\_. **Subjetividade e Sociedade: Uma experiência de geração**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986, pp. 54-78.

## PESQUISAS NA INTERNET:

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índio na cidade. Brasília, **Revista Indígena**, Ano I – N<sup>o</sup> 7, 2001. Disponível em <[www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista\\_7.htm](http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm)>. Acessado em: abril de 2005.

BRANDIM, Cecília & MADER, Helena. Meio Ambiente: Noroeste em ritmo lento. Brasília, **Correio Brasiliense**, 23 junho 2005. Disponível em <<http://www.terracap.df.gov.br/mostrapublicacao.asp?id=8777>>. Acessado em: 03 de Agosto de 2006.

CASTRO, André Augusto. 2003. Não ao Setor Noroeste: Novo bairro que o GDF quer implantar junto ao Parque da Água Mineral recebe críticas da sociedade civil e de parlamentares. I Fórum Brasília do Meio Ambiente e da Cidadania - Setor Noroeste: Brasília Desfigurada? Brasília, **UnB Agência**. 25 setembro 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/aq0903-35.htm>>. Acessado em: 03 de Agosto de 2006.

PEREIRA, José A. Tonezzi. Ritual do Toré: A “Ciência do Índio” como Identidade e Resistência. S/ Ano. Disponível em <<http://hemi.nyu.edu/course-rio/perfcong04/students/work/jose.htm>>. Acessado em 25 de outubro de 2006.

**ANEXOS**

**ANEXO A – MAPA DA ÁREA INDÍGENA FULNI-Ô ÁGUAS BELAS-PE**

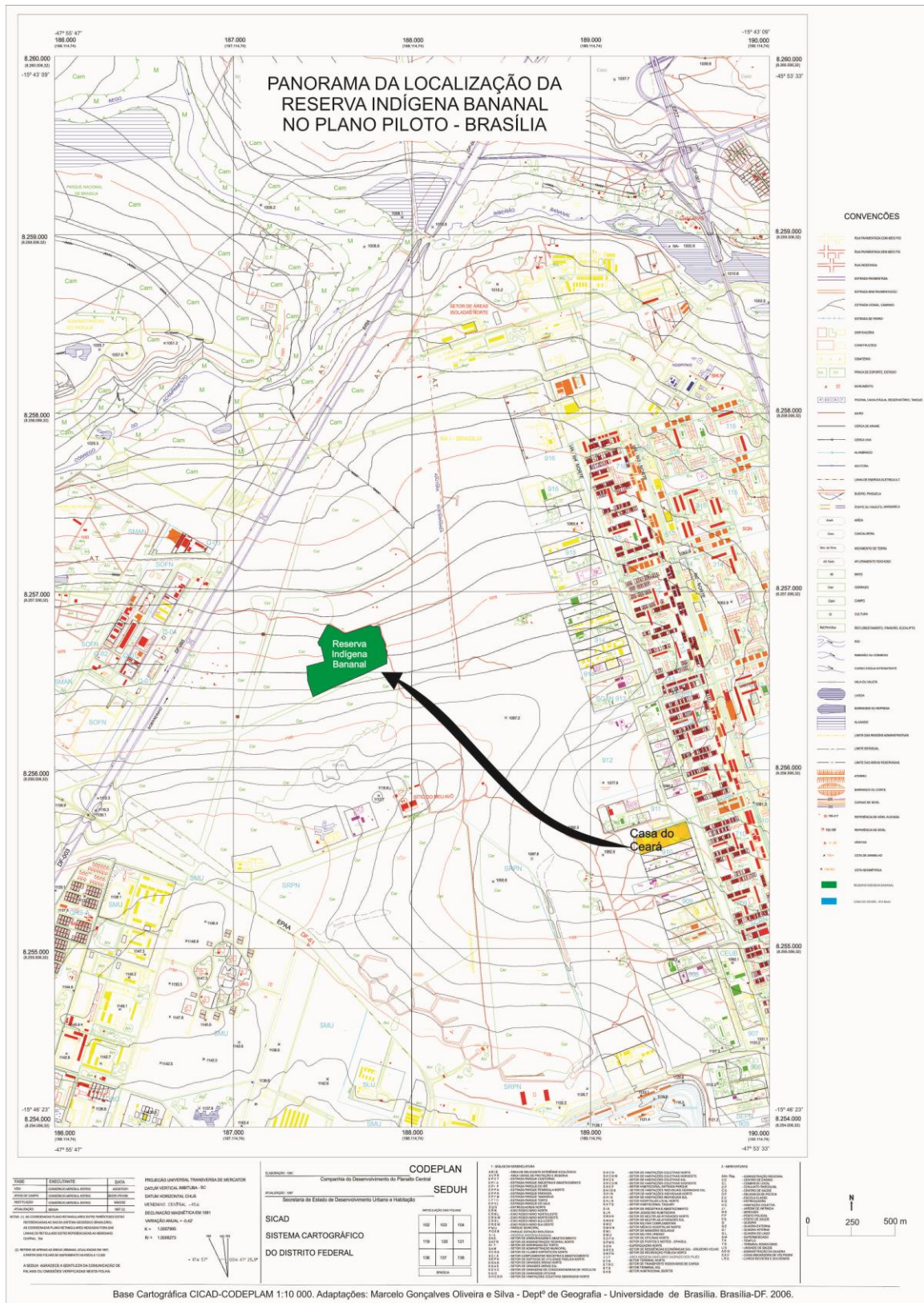


**ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS DO CACIQUE FULNI-Ô  
JUNTO A FUNAI PARA REGULARIZAÇÃO DO LOTE Nº 395**

**ANEXO C – CÓPIA DO DOCUMENTO APRESENTADO PELA ATUAL  
ARRENDATÁRIA**

# ANEXO D – MAPA PANORÂMICO DA RESERVA INDÍGENA BANANAL

- DF



MAPA 02. Panorama da Localização da Reserva Indígena Bananal – DF